Processo TC 010.810/2014-5 (44 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Em face do que restou apurado nos autos, manifesta-se o Ministério Público de Contas **de acordo** com a proposta de mérito oferecida pela unidade técnica às peças 42 a 44.

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), tendo como responsáveis os srs. Jailton Ferreira de Macedo e Romildo Ferreira Santos, respectivamente, ex-prefeito e atual prefeito do município de Cipó - BA, em razão da omissão no dever de prestar contas, bem como da não consecução dos objetivos pretendidos nos Contratos de Repasse 177.787-31/2005 (Siafi 536207), 176.698-31/2005 (Siafi 536208) e 179.809-31/2005 (Siafi 536365), celebrados com o Ministério das Cidades, que tinham por objeto a "execução de apoio à implantação e ampliação de sistemas de drenagem urbana sustentáveis", naquele município.

Vale a pena registrar o ponto fundamental da peça 42 da unidade técnica para justificar a exclusão, do polo passivo, do prefeito sucessor (grifamos):

“37. A Caixa deixou consignado que a responsabilidade pelo débito deveria recair solidariamente sobre os **Srs. Jailton Ferreira de Macedo** (ex-prefeito, gestões 2005-2008 e 2009-2012) e **Romildo Ferreira dos Santos** (a partir de 2013), **pela omissão do dever de finalização na execução dos objetos contratados e dar funcionalidades aos empreendimentos.**

38. Ainda segundo o tomador de contas, **a responsabilidade solidária do Sr. Romildo Ferreira dos Santos, atual administrador, estaria caracterizada pelo fato de, como sucessor na gestão municipal, não ter adotado providências visando a regularização das pendências para finalização e funcionalidade dos objetos contratados e pela omissão no dever de prestar contas dos contratos.**

39. **Ao nosso ver, todavia, deve-se proceder à exclusão da responsabilidade do Sr. Romildo Ferreira dos Santos dos presentes autos.**

40. A uma, pois as vigências dos contratos de repasse, excluídas as prorrogações de ofícios com fulcro no art. 38, § 3º da IN/STN 1/1997, encerraram-se ainda na gestão do Sr. Jailton Ferreira de Macedo, **não cabendo ao Sr. Romildo Ferreira dos Santos prestar contas dos recursos geridos pelo antecessor.**

41. A duas, porque a operacionalização do empreendimento pelo prefeito sucessor demandaria um árduo esforço financeiro por parte do município, tendo em vista que, conforme noticiado pela Caixa, o valor do investimento previsto para garantir a funcionalidade dos três ajustes era, à época, de R\$ 1.018.200,00, montante muito superior ao existente em 26/8/2014, R\$ 234.339,51, nas contas poupança dos ajustes.

42. Dessa forma, por tudo exposto, **propôs-se a exclusão da responsabilidade do Sr. Romildo Ferreira dos Santos e a citação do Sr. Jailton Ferreira de Macedo, ex-**

prefeito do município de Cipó - BA nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, no valor histórico de R\$ 575.150,98, em razão da omissão no dever de prestar contas, bem como da não consecução dos objetivos pretendidos nos Contratos de Repasse 177.787-31/2005 (Siafi 536207), 176.698-31/2005 (Siafi 536208) e 179.809-31/2005 (Siafi 536365), celebrados com o Ministério das Cidades.

Decorridos mais de cinco meses desde a citação válida, o sr. Jailton Ferreira de Macedo não apresentou suas alegações de defesa nem recolheu os valores devidos aos cofres do Tesouro Nacional. Conforme item 3.4 do Relatório de TCE 87/2013 (peça 1, pp. 710/15), os fatos motivadores para a instauração da tomada de contas especial foram a **omissão no dever legal de prestar contas e a não funcionalidade dos objetos pactuados nos contratos de repasses**, verbis:

3.4) Não obstante constar nos autos a realização total dos objetos dos contratos, não foram concluídas a parte de ligação dos trechos construídos e que complementariam o empreendimento e permitiriam a adequada funcionalidade da obra, sendo que sem o ajuntamento entre as partes executadas **o empreendimento não tem funcionalidade e não apresenta benefícios sociais à comunidade do Município**. Também não foram adotadas as providências necessárias para a regularização do empreendimento, nem apresentada à prestação de contas final comprovando a boa e regular aplicação dos recursos

Por conclusão a unidade técnica pontifica a revelia do sr. Jailton Ferreira de Macedo e propõe o julgamento pela irregularidade de suas contas bem como sua condenação em débito e multa, nos seguintes termos, que conta com a concordância deste Ministério Público de Contas:

- a) excluir a responsabilidade do Sr. Romildo Ferreira Santos (CPF 346.320.775-34) dos presentes autos, em razão de não ter gerido os recursos repassados no âmbito dos Contratos de Repasse 177.787-31/2005 (Siafi 536207), 176.698-31/2005 (Siafi 536208) e 179.809-31/2005 (Siafi 536365), celebrados com o Ministério das Cidades;
- b) considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Jailton Ferreira de Macedo (CPF 448.310.725-91), dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;
- c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. Jailton Ferreira de Macedo (CPF 448.310.725-91), ex-prefeito do município de Cipó - BA, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em razão da omissão no dever de prestar contas, bem como da não consecução dos objetivos pretendidos nos Contratos de Repasse 177.787-31/2005 (Siafi 536207), 176.698-31/2005 (Siafi 536208) e 179.809-31/2005 (Siafi 536365), celebrados com o Ministério das Cidades:

Valor original (R\$)	Data da ocorrência
13.592,52	22/01/2007
11.270,68	22/01/2007
55.782,11	05/02/2007
81.421,10	25/04/2007
78.923,88	28/10/2008
93.687,96	28/10/2008
41.668,89	03/12/2008
62.677,45	03/12/2008
40.512,48	16/02/2009
8.345,41	11/02/2009
87.268,50	28/07/2009

d) aplicar ao Sr. Jailton Ferreira de Macedo (CPF 448.310.725-91) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

e) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

f) determinar à Caixa Econômica Federal, se ainda não o fez, a devolução aos cofres do Tesouro Nacional dos recursos constantes das contas poupança 0781.013.647022-9, 0781.013.647024-5 e 0781.013.647033-4, referentes, respectivamente, aos Contratos de Repasse 0176698-31, 0177787-31 e 0179809-31;

g) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Brasília, 18/11/2015.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador